

Carta de compromisso com a capacidade técnica, a engenharia pública e o planejamento de Minas Gerais

Resposta à agenda “Minas 2030: contribuições da engenharia, da agronomia e das geociências para o desenvolvimento de Minas Gerais”

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2026

Ao Senhor

Marcos Torres Gervásio

Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Crea-MG

Prezado presidente Marcos,

Recebi com grande satisfação a Carta do Crea-MG aos candidatos às eleições gerais de 2026. O documento organiza cinco temas estratégicos para uma Minas Gerais mais desenvolvida, eficiente, planejada, segura e sustentável.

Faço questão de registrar que esta conversa não começa agora.

Em abril, fui ao Crea-MG e à Sociedade Mineira de Engenheiros com um conjunto de quinze perguntas. Quis ouvir as duas instituições sobre desperdício de recursos, extensão rural, falhas de planejamento, gargalos estruturais, governança técnica, logística, meio ambiente, mineração, prevenção de desastres, prioridades em infraestrutura, qualidade das obras públicas, saneamento e valorização profissional.

As respostas foram tão relevantes que publiquei, em 24 de abril, no jornal O Tempo, o artigo “Minas Gerais precisa dos engenheiros”. Nele, defendi que a engenharia é o elo perdido entre anúncio e entrega, intenção e resultado, promessa e obra. Também registrei uma conclusão comum às instituições ouvidas: muitas vezes, o problema não é simplesmente a ausência de dinheiro, e sim a falta de projeto tecnicamente maduro para transformar recursos em resultados.

Ao ler agora a agenda Minas 2030, reconheço várias das perguntas que encaminhamos convertidas em propostas organizadas. Não pretendo reivindicar autoria sobre um documento institucional do Crea-MG. Percebo, porém, que nossa escuta e nossas perguntas ajudaram a alimentar esse processo de reflexão. Isso me deixa especialmente feliz, porque demonstra que não estamos iniciando uma relação às vésperas da eleição. Estamos dando continuidade a uma conversa técnica que começou meses atrás e já influenciou a construção do nosso Plano de Governo.

É com esse espírito que respondo, item por item, às contribuições apresentadas.

1. Valorização dos quadros técnicos e da engenharia pública

O Crea-MG propõe ampliar o número de profissionais técnicos efetivos, contratar profissionais habilitados para as funções que exigem formação específica, garantir acompanhamento técnico em todo o ciclo das obras, incentivar o compartilhamento de equipes entre municípios e apoiar o Projeto de Lei nº 3.118/2023.

Recomposição dos quadros técnicos

Concordo com a direção proposta.

Minas Gerais precisa recuperar capacidade técnica permanente. O nosso plano prevê a preservação de um núcleo estatal altamente qualificado, capaz de avaliar propostas, estruturar projetos, fiscalizar contratos, garantir qualidade e manter o comando técnico do Estado sobre o investimento público. Também estabelece projeto executivo completo como padrão para a contratação de obras, reduzindo litígios, paralisações e retrabalho.

Nos primeiros meses de governo, faremos um diagnóstico por órgão e especialidade, identificando carências em áreas como agronomia, engenharia e geociências. A partir dele, construiremos uma recomposição planejada, com concursos regulares onde houver necessidade comprovada, formação contínua e progressão capaz de reter bons profissionais.

Não considero responsável anunciar antecipadamente um número genérico de contratações, sem conhecer vacâncias, necessidades regionais e restrições fiscais. O compromisso é não deixar funções essenciais sem capacidade técnica permanente.

Profissional habilitado em função técnica

Concordo.

Funções cuja legislação exige habilitação específica devem ser exercidas por profissionais devidamente qualificados. A indicação política nunca poderá substituir uma exigência técnica ou legal.

Isso vale para a administração direta e também para autarquias, empresas estatais e fundações. Dirigir uma política pública não autoriza ninguém a assinar, aprovar ou executar aquilo para o qual não possui habilitação.

Acompanhamento de todo o ciclo da obra

Concordo integralmente.

O profissional técnico não pode aparecer apenas para assinar o projeto inicial ou ser chamado quando a obra apresenta problema. Ele deve participar do diagnóstico, da execução, da fiscalização, da manutenção, do planejamento e do projeto.

Nosso plano institui um Portfólio Estadual de Projetos Executivos, com carteira permanente de projetos e estudos, e um diagnóstico anual do passivo de infraestrutura, mostrando condição dos ativos, custos estimados, intervenções necessárias e riscos.

Também propomos utilizar modelagem digital, monitoramento em tempo real e outras tecnologias para comparar projeto, medição e obra efetivamente executada.

Equipes técnicas compartilhadas entre municípios

Concordo e já temos um instrumento para isso.

Os Governos Regionais serão formados pela reorganização de estruturas e servidores existentes, sem criação de uma nova camada de cargos. Uma de suas funções será apoiar municípios com menor capacidade técnica, acompanhar convênios, articular consórcios e monitorar obras, prazos e programas.

Muitos municípios não possuem escala fiscal para manter isoladamente equipes completas. Consórcios e estruturas regionais podem compartilhar especialistas sem retirar dos prefeitos suas competências.

Projeto de Lei nº 3.118/2023

Apoio o mérito da proposta e atuei politicamente por sua aprovação.

Por se tratar de matéria federal, o governador não pode aprová-la por decreto estadual. Pode, porém, manifestar apoio público, mobilizar a bancada mineira e demonstrar que Minas Gerais valoriza seus quadros técnicos.

A proposição está pronta para pauta na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, com parecer favorável na forma de substitutivo. Em agosto de 2026, também foi apresentado requerimento de urgência para sua apreciação.

2. Cidades inteligentes e planejamento territorial

O Crea-MG propõe apoiar planos municipais, integrar planejamento urbano e políticas setoriais, ampliar a regularização fundiária, promover cidades inteligentes, instituir rotinas de inspeção e utilizar dados e tecnologia na gestão pública.

Planos municipais e planejamento de longo prazo

Concordo, respeitada a autonomia municipal.

O Governo de Minas Gerais não deve substituir a prefeitura na elaboração de seu plano diretor. Deve oferecer bases de dados, capacitação, modelos técnicos, orientação e apoio para que municípios pequenos consigam planejar.

Os Governos Regionais ajudarão a integrar planos de habitação, infraestrutura, mobilidade e saneamento com as políticas estaduais. O Estado também poderá condicionar parte do apoio financeiro à existência de projetos maduros, estudos consistentes e capacidade de manutenção futura.

Planejamento não pode ser apenas um documento produzido para cumprir uma exigência legal. Precisa orientar orçamento, expansão urbana e investimento.

Regularização fundiária

Há convergência direta com o Minas Reurb.

Nosso plano propõe ampliar e qualificar o programa, articulando cartórios, prefeituras e registros. A titulação deverá ser complementada por infraestrutura e urbanização, para que a escritura se converta em bairro consolidado.

Regularização fundiária não é simplesmente entregar um papel. É produzir endereço, dignidade, infraestrutura, segurança jurídica e acesso aos serviços públicos.

A participação de profissionais habilitados é indispensável para que a regularização não consolide riscos ambientais, geológicos ou urbanísticos.

Cidades inteligentes

Concordo com a concepção apresentada pelo Crea-MG.

Cidade inteligente não é cidade que compra equipamentos caros ou instala plataformas que ninguém utiliza. É aquela que usa dados, engenharia e tecnologia para melhorar decisões concretas.

Vamos apoiar projetos adequados à realidade de cada município, utilizando instrumentos como:

BIM, dados geoespaciais, interoperabilidade, modelagem de cenários e monitoramento em tempo real.

A tecnologia deverá servir para planejar drenagem, identificar áreas de risco, melhorar o transporte coletivo, organizar a manutenção e avaliar o funcionamento dos serviços.

Inspeção e manutenção de prédios e equipamentos

Concordo.

Nosso plano trata manutenção como preservação de patrimônio, e não como gasto dispensável. Propomos contratos plurianuais de conservação rodoviária, indicadores públicos de qualidade e uma capacidade técnica permanente para fiscalizar a infraestrutura.

A mesma lógica deve alcançar escolas, hospitais, pontes e rodovias. O Estado precisa conhecer a condição de seus ativos antes que pequenas falhas se convertam em interdições, emergências ou reconstruções caras.

3. Infraestrutura, mobilidade e desenvolvimento regional

O Crea-MG propõe concluir obras paradas, integrar modais, manter estradas rurais, pontes, rodovias e viadutos, planejar a mobilidade urbana e garantir infraestrutura segura nas áreas mineradoras.

Obras paradas e projetos maduros

Concordo.

Uma obra paralisada representa dinheiro imobilizado, serviço não entregue e patrimônio em deterioração.

Nosso Portfólio Estadual de Projetos Executivos impedirá que cada governo reinicie estudos e abandone aquilo que vinha sendo preparado. O projeto executivo completo será a regra antes da licitação, não uma providência tomada depois que surgem erros, aditivos e conflitos.

Também ofereceremos apoio técnico aos municípios para revisão de projetos e padronização de especificações, reduzindo obras interrompidas ou mal dimensionadas por ausência de maturidade técnica.

Integração logística

É um dos eixos centrais do nosso plano.

Minas Gerais não pode continuar colocando praticamente toda a pressão logística sobre as rodovias. Vamos integrar ferrovias, rodovias e terminais, respeitando a vocação de cada região.

Nossa carteira ferroviária apresenta quinze corredores, com diferentes graus de maturidade. Não tratamos estudo, projeto e obra como se fossem a mesma coisa. Para cada eixo, buscamos identificar custo, fonte, horizonte e resultado.

O papel do Governo de Minas Gerais será:

articular órgãos estaduais e federais; estruturar projetos; negociar contrapartidas nas concessões; organizar terminais intermodais; preparar licenciamento; buscar financiamento.

Um governador não constrói sozinho uma ferrovia federal de bilhões de reais. Pode, entretanto, impedir que Minas Gerais perca recursos porque não possui projeto pronto.

Manutenção de pontes, rodovias e viadutos

Concordo.

Nosso plano prevê manutenção por desempenho, com contratos plurianuais e indicadores de disponibilidade, pavimentação, qualidade, segurança e sinalização. Também cria um programa de estradas mais seguras baseado em acidentes, mortes e ocorrências.

O Estado precisa publicar onde estão os pontos críticos, o que será feito, quanto custará e quando estará concluído.

Estradas rurais

Acolho integralmente a contribuição.

O detalhamento técnico do nosso plano prevê um Programa Estadual de Estradas Rurais, com apoio e cofinanciamento para municípios e consórcios, manutenção preventiva, pavimentação leve onde houver justificativa econômica e critérios relacionados ao acesso a serviços, ao escoamento da produção e às perdas logísticas.

Estrada rural não é uma pauta secundária. É por ela que passam alimento, ambulância, estudante e produção.

Mobilidade urbana

Concordo com a integração entre bicicleta, caminhada e transporte coletivo.

O Estado possui responsabilidade direta sobre sistemas metropolitanos e pode cooperar com municípios em outros arranjos regionais. Nosso plano prevê integração física e por bilhetagem quando houver viabilidade, além da avaliação de tarifas integradas metropolitanas.

A política estadual deve considerar acessibilidade, confiabilidade, custo, lotação, regularidade e tempo de viagem. Apoio financeiro, quando necessário, precisa estar associado a padrões públicos de desempenho.

Infraestrutura e mineração

Concordo que crescimento econômico, proteção ambiental e segurança precisam caminhar juntos.

Vamos exigir projetos tecnicamente consistentes, fiscalização com tecnologia e monitoramento público das barragens. A mineração deve ser planejada desde o licenciamento até o fechamento, com recuperação das áreas e diversificação econômica dos municípios.

Não basta verificar se uma estrutura possui documentação. É preciso saber se está segura e se os planos de emergência funcionam na prática.

4. Alimentos, agro e sustentabilidade

O Crea-MG propõe ampliar assistência técnica, apoiar a agricultura familiar, facilitar o acesso a tecnologias, estimular energias renováveis e articular economia, preservação, produtividade e segurança alimentar.

Assistência técnica e capacitação

Concordo.

Nossa política organiza as funções das instituições existentes:

Emater-MG, com assistência técnica, cooperativismo, extensão rural e acesso a mercados;

Epamig, com adaptação climática, agregação de valor, pesquisa aplicada e produtividade;

Fapemig, com ciência, inovação, pesquisa e tecnologia;

IMA, com certificação, defesa sanitária e fiscalização.

O produtor não precisa apenas de crédito. Precisa de conhecimento que chegue à propriedade, ajude a reduzir custos e melhore a qualidade da produção.

Agricultura familiar, agricultura urbana e produção local

Concordo, observadas as competências municipais no caso da agricultura urbana.

O Estado pode apoiar assistência técnica, compras públicas, cooperativismo, equipamentos compartilhados, processamento e acesso a mercados.

Agricultura familiar não pode ser tratada apenas como política assistencial. É produção de alimentos, desenvolvimento regional e ocupação econômica do território.

Tecnologia no campo e na agroindústria

Há convergência total.

Nosso plano aproxima empresas, municípios, pesquisadores e produtores. A Fapemig financiará pesquisa aplicada, enquanto os Governos Regionais ajudarão a identificar as prioridades produtivas de cada território.

A tecnologia necessária à fruticultura do Norte não é necessariamente a mesma demandada pelo café do Sul, pelos grãos do Noroeste ou pelo leite do Campo das Vertentes.

Energias renováveis

Concordo.

Minas Gerais pode ampliar biodiesel, biogás, energia eólica e energia solar, conectando geração limpa à produção rural e à agroindústria.

Projetos precisam ser tecnicamente dimensionados, conectados à capacidade real da rede e adequados à demanda da propriedade. Energia renovável não pode ser apenas uma linha de financiamento sem assistência, engenharia ou manutenção.

Produtividade e preservação

Concordo com a integração proposta.

A próxima fronteira do agro mineiro não deve ser simplesmente ocupar mais território. Deve ser agregar mais valor, produzir melhor, reduzir perdas e utilizar com eficiência água, energia e solo.

Sustentabilidade não é obstáculo à produtividade. É condição para que a produção continue existindo.

5. Segurança hídrica, saneamento e resiliência climática

O Crea-MG propõe universalizar o saneamento, apoiar planos municipais, integrar Defesa Civil e monitoramento de riscos, promover circularidade de resíduos, assegurar participação das agências intermunicipais e ampliar a presença institucional do Conselho nos espaços relacionados às suas áreas técnicas.

Universalização do saneamento

Concordo.

Nosso plano estabelece contratos com cronogramas por município, fiscalização, metas intermediárias e transparência sobre custos e prazos. A expansão deverá alcançar áreas rurais, distritos, municípios com menor capacidade técnica e periferias, com atenção à proteção das bacias e das nascentes e à redução de perdas.

Universalização não pode significar apenas rede instalada. O resultado precisa ser água potável chegando à casa e esgoto efetivamente coletado e tratado.

Planos Municipais de Saneamento Básico

Concordo com o apoio estadual.

A elaboração é responsabilidade local, porém muitos municípios não possuem equipe suficiente para produzir diagnóstico, projetos e metas consistentes.

Os Governos Regionais, os consórcios e a estrutura estadual de assistência técnica poderão apoiar a atualização desses planos e sua integração ao planejamento urbano e à gestão das bacias.

Prevenção de riscos e Defesa Civil

Concordo.

Nosso plano prevê coordenação estadual, monitoramento, planejamento por bacia, sistemas de alerta e resposta rápida a eventos extremos, sem confundir apoio estadual com a execução automática de obras municipais de drenagem.

A prevenção precisa integrar alerta, Defesa Civil, engenharia, geociências e planejamento urbano.

Também propomos inventários públicos de obras de prevenção, com cronograma, etapa, fonte, risco mitigado e valor.

Resíduos e princípio de aterro zero

Há convergência de direção.

Nosso compromisso registrado é o Lixão Zero, com apoio técnico, coleta seletiva, consórcios, inclusão produtiva de catadores e metas públicas. Também fortaleceremos o Bolsa Reciclagem e as cooperativas responsáveis pela triagem.

O princípio de aterro zero pode orientar metas progressivas de redução do envio de resíduos para disposição final. Isso exige diagnóstico regional, mercado para materiais recuperados, responsabilidade dos geradores e viabilidade econômica.

Não vou transformar “aterro zero” numa promessa instantânea e inexecutável. Vou tratá-lo como direção de longo prazo, com indicadores de compostagem, reciclagem, recuperação e redução.

Agências reguladoras intermunicipais

Reconheço a importância dessas agências e assumo o compromisso de incluí-las no diálogo sobre a aplicação da Lei Estadual nº 25.668/2025.

A participação deverá respeitar a distribuição legal de competências e impedir conflitos regulatórios. O objetivo deve ser garantir independência técnica, modicidade tarifária, qualidade e transparência, e não multiplicar instâncias sem definição clara de responsabilidade.

Participação institucional do Crea-MG

Sou favorável à presença técnica do Crea-MG sempre que houver compatibilidade com a legislação que define a composição de cada conselho.

Não seria juridicamente responsável prometer assento automático em órgãos cuja composição depende de lei federal, estadual ou de representação específica.

Assumo, porém, três compromissos:

1. avaliar juridicamente cada solicitação apresentada pelo Conselho;
2. assegurar consulta técnica ao Crea-MG nas políticas relacionadas às suas áreas de atribuição;
3. manter interlocução institucional, com encaminhamentos e registros públicos.

Infra-BR e a política de dados

O Crea-MG encerra o documento apresentando o Infra-BR como instrumento baseado em dados públicos e oficiais para orientar prioridades e investimentos.

Recebo a indicação positivamente.

O Infra-BR poderá ser utilizado como uma das referências na elaboração do nosso diagnóstico anual de infraestrutura e do Portfólio Estadual de Projetos Executivos.

Nosso princípio é simples: dado não serve apenas para ilustrar apresentação. Precisa alterar orçamento, prioridade e projeto.

Uma relação que começou antes da eleição

A agenda apresentada pelo Crea-MG não chega a um candidato desconhecido da instituição.

Chega a alguém que procurou o Conselho e a Sociedade Mineira de Engenheiros antes de concluir o Plano de Governo; fez perguntas; ouviu respostas; publicou as conclusões; e incorporou ao programa propostas sobre capacidade técnica, engenharia pública, infraestrutura, manutenção e projetos executivos.

Fico feliz ao perceber que as perguntas que apresentamos também ajudaram, em alguma medida, a amadurecer este documento do Crea-MG.

Esse é o melhor sentido da política: uma instituição pergunta, outra responde, todos aprendem e o resultado deixa de pertencer a uma única pessoa.

Caso seja eleito, quero manter esse método.

Não será preciso criar mais um conselho ou estrutura burocrática. Podemos estabelecer uma agenda periódica entre o Governo de Minas Gerais, o Crea-MG e outras instituições técnicas, com atas, encaminhamentos e resultados públicos.

Tenho uma convicção formada ao longo desse processo:

Política sem técnica produz anúncio. Técnica sem decisão produz relatório. Um bom governo precisa transformar conhecimento em entrega.

Minas Gerais não pode esperar a estrada se destruir para realizar manutenção, a obra parar para revisar o projeto, a ponte cair para fazer inspeção ou a chuva chegar para descobrir onde existe risco.

Precisamos:

- diagnosticar antes de decidir;
- manter antes de reconstruir;
- planejar antes de gastar;
- projetar antes de licitar.

Contem comigo para fazer da capacidade técnica uma política permanente do Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB – 15